

Jornal da Adunicamp

SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Filiado à
Cobecatas

Sombra e água fresca?

Se você entrou na Unicamp depois de abril de 1997 é possível que seus rendimentos caiam drasticamente quando se aposentar (pg2)



Balanco Geral

Diretoria da Adunicamp e as principais questões de 2008 (pg. 3)

Fórum das Seis

Mais uma vez o Cruesp muda as regras e diz que negociação salarial somente na data base (pg. 5)

ANDES

Veja como foi o ato de apoio ao ANDES e contra a criminalização dos movimentos sociais (pg. 6)

Editorial

Talvez, talvez...

Você já está perto de se aposentar? Talvez ainda falte algum tempo para isso e você ainda não parou para pensar em como vai ser quando esta hora chegar.

Provavelmente olha para seu holerite e pensa: "tudo bem, com este salário acho que consigo passar a minha velhice". Mas e se, de repente, você descobrisse que ao se aposentar este valor vai cair quase que pela metade. Você ainda se sentiria tranquilo?

Não, não é ficção científica ou um sonho do qual você acorda e tudo fica bem. Para uma parcela dos professores da Unicamp essa é a mais pura realidade.

Uma resolução do Consu (A-05/1997) implantou uma nova forma de fazer o cálculo dos vencimentos para a aposentadoria. A fórmula (leia matéria da página 3) transforma em RTP todos os períodos trabalhados nos quais não constem o título: RDIDP.

Mas e como ficam todos os docentes egressos de universidades federais? E os das particulares? Essa é a questão, não ficam! A menos que consigam provar que esse tempo trabalhado fora se enquadre PERFEITAMENTE no que a Unicamp chama de RDIDP.

Mas voltemos um pouco na história. Você está REALMENTE satisfeito com o seu salário? E se você souber que com a quantidade acumulada pelas

reitorias somente com a diferença entre o que ela recebeu da arrecadação do ICMS e o que pagou de reajuste dava para pagar 3 vezes todos os professores e funcionários da Unicamp, Usp e Unesp. Você ainda ficaria satisfeito com os 6,51% de reajuste? Reajuste, aliás, que já caiu pela metade, devorado pela inflação de maio a outubro (Veja matéria da página 5).

Então você pode imaginar que o sindicato ao qual você é filiado vai conseguir te ajudar. Bom... pode não ser tão simples assim. Com os ataques do governo e da CUT ao ANDES pode ser que você não tenha sequer um sindicato que o represente na luta pelos seus direitos (saiba mais nas páginas 6 e 7).

Pois é colega, essa é a realidade. Talvez você se indigne, talvez não. Talvez você esteja mais preocupado com os relatórios anuais, trimestrais, semanais que tem que fazer para a CAPES, Fapesp, CNPq, departamento, etc, etc, etc. Com aquela quantidade enorme de trabalhos que tem que produzir. E aí você pensa, eu não tenho tempo para pensar nisso.

Mas será que quando você se aposentar e FINALMENTE tiver tempo para pensar nisso ainda vai poder fazer alguma diferença?

Nós precisamos de sua participação agora, para que no futuro você não PRECISE se preocupar com isso.

Adunicamp – Associação dos Docentes da Unicamp Seção Sindical

Rua Érico Veríssimo, 1.479, CEP 13083-851,
Cidade Universitária, Campinas - SP
(19) 3521-2470

Internet: <http://www.adunicamp.org.br>
diretoria@adunicamp.org.br
imprensa@adunicamp.org.br

Coordenação: Adolpho Hengeltraub

Diagramação e Projeto Gráfico: Moema Joffily Dias e Fernando Piva;

Entrevistas e Textos: Moema Joffily Dias e Fernando Piva

Fotos: Arquivo Adunicamp; Tiragem: 3000

Periodicidade: mensal; Gráfica: SRG Gráfica e Editora (11) 4223-2210



Desde maio a inflação já comeu 55% do seu reajuste

Participe

A seção "Opinião do Leitor" é um espaço aberto para receber os textos de nossos leitores a respeito de assuntos relevantes tanto para a universidade quanto para o país. Os artigos serão assinados e de inteira responsabilidade do autor, pois os textos serão publicados na íntegra no jornal. Para que isso seja possível eles não devem passar de 3.500 caracteres.

Você pode enviar o seu texto para a seção "Opinião do Leitor" pelo e-mail:

imprensa@adunicamp.org.br
ou por carta para a nossa sede.

Erramos

*A foto da capa ficou sem o crédito: sxc.

*Diferentemente do que foi publicado na página 8 da edição de novembro, o nome correto é Carl Jung. Assim, Joel Salles Giglio é analista junguiano.

*O nome correto do autor do texto "O Iluminado ou a traição da criatividade" é Carlos A. B. Byington.

* A forma correta de grafar é cineclube.

É bom para quem?

As mudanças trazidas com a Deliberação Consu-338/90 podem diminuir substancialmente os vencimentos daqueles que entraram na Unicamp após 18/04/1997

De forma geral os docentes entendem que quando cumprido determinado tempo e condições de trabalho ao se aposentar terão direito ao salário que recebem quando considerados não aposentados. Vários docentes ao fazerem os cálculos se surpreendem, quando verificam que os seus salários serão muito menores do que quando estão trabalhando, e que ao exercerem o direito de se aposentar significa, muitas vezes, em redução de 30%, 40%, ou 50%.

O artigo 40 da Constituição Federal ressalva o direito a opção à aposentadoria e determina as condições e os critérios para que o funcionário possa gozar o direito.

A Lei Federal nº 10.887/04 determina que para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria a "média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência."

A deliberação Consu-338/90, entre outras questões, determina que o docente em RDIDP há pelo menos 60 meses e que tenha permanecido por 15 anos ininterruptos ou 20 intercalados, nesse regime terá assegurado a

incorporação a seus proventos dos valores correspondentes ao RDIDP. Entretanto os docentes admitidos após 18/04/1997 passaram a ser regidos por novas regras de incorporação, que obedece a deliberação Consu A-05/1997 com a fórmula apresentada no box.

"Artigo 1º O docente da UNICAMP, ao se aposentar, terá seus proventos de aposentadoria

calculados proporcionalmente ao tempo de permanência nos diferentes regimes de trabalho a que esteve vinculado, de acordo com a seguinte fórmula"(ver box).

Sendo que em qualquer regime de trabalho fora da Unicamp, automaticamente, o período de trabalho correspondente ao RDIDP será considerado, para efeito de cálculos, ao regime

de RTP. Não devemos nos esquecer de que o regime de RTP é aquele que contempla uma jornada de 12 horas semanais e com um salário de R\$ 1.096,39 (um mil reais, noventa e seis reais e trinta e nove centavos) para professor doutor, MS3.

Portanto, o professor que foi admitido após 1997 e mesmo que tenha trabalhado em outras Instituições de ensino jornadas, de 24 horas ou 40 horas, ao ser enquadrado na fórmula será considerado como jornada de 12 horas e o seu salário diminuído.

Para efeito de um simples exercício, vamos colocar uma situação: suponhamos que um professor foi admitido em 19/04/1997, já com 25 anos de trabalho comprovados em diversos regimes de trabalho, RTP, RTC ou 40 horas sem RDIDP, em outras Instituições de ensino, privadas ou públicas. Se no ano de 2007, ao completar os requisitos exigidos por lei e quiser exercer a opção de se aposentar, ao aplicar a fórmula Consu, os cálculos dos proventos considerarão o tempo de RDIDP de 10 anos e os 25 anos como RTP, o que significará como valor para a sua aposentadoria uma redução expressiva nos proventos.

Portanto, professor, fique atento a sua situação, procure a Adunicamp no caso de dúvidas para que possamos discutir a sua situação e buscarmos soluções coletivas.

$$\text{Prov. Ap.} = \frac{(T \text{ RDIDP} \times S \text{ RDIDP}) + (T \text{ RTC} \times S \text{ RTC}) + (T \text{ RTP} \times S \text{ RTP})}{T \text{ RDIDP} + T \text{ RTC} + T \text{ RTP}}$$

TAB VENCITOS - DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

A vigorar a partir de 01/05/2008

Função	Títulos	RTP	RTC	RDIDP
Instrutor MS-1	--	529,70	1.344,59	3.055,85
Professor Assistente MS-2	título integral	783,88	1.989,80	4.522,21
	sem título	617,23	1.566,77	3.560,79
Prof Doutor MS-3	título integral	1.096,39	2.783,08	6.325,09
	70% do título	866,20	2.198,76	4.997,11
	sem título	682,04	1.731,31	3.934,74
Professor Associado MS-5	título integral	1.307,16	3.318,12	7.541,07
	70% do título	1.140,06	2.893,95	6.577,06
	sem título	750,17	1.904,23	4.327,73
Professor Titular MS-6	título integral	1.576,00	4.000,55	9.092,03
	70% do título	1.364,42	3.463,46	7.871,38
	sem título	870,72	2.210,25	5.023,22

RDIDP = Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa
 RTC = Regime de Turno Completo
 RTP = Regime de Turno Parcial

Fonte: site do DGRH em 17/11/2008

Recesso

Adunicamp entrará em recesso no dia 19/12/2008 (sexta-feira) e terá suas atividades restabelecidas em 05/01/2009.

Caso precise retirar carteirinhas ou fazer solicitações junto ao Departamento de Convênios programe-se para fazê-lo até o dia 19/12 ou após o dia 05/01. A Adunicamp agradece a sua colaboração.

ASSEMBLÉIA DA ADUNICAMP

Pauta: Orçamento 2009, Delegação para o 28º Congresso do ANDES e preparação para Reunião com o Criesp.

Data: 10/12/2008 às 12h

Local: Auditório da Adunicamp

COMPAREÇA!

Ano de construção

Diretoria da Adunicamp destaca os principais momentos de 2008

Fazer um balanço desde primeiro ano de gestão é uma forma de compartilhar com os colegas docentes nossa tarefa de representar essa comunidade acadêmica.

Mesmo conscientes de que ao escrever não é possível relatar na plenitude tudo o que aconteceu durante este ano, destacaremos os momentos mais relevantes.

1º Campanha Salarial:

apesar de todo empenho na campanha salarial a desmobilização, que reduziu nossas assembleias a encontros repetidos dos mesmos colegas, deixou o Cruesp com o poder de tratar-nos com uma superioridade revoltante que impediu a recuperação de nossos salários apesar de ter sobrado dinheiro para o "caixa" das reitorias.

2º Processos de criminalização:

a Adunicamp continua a sua enfática luta contra a criminalização

dos movimentos sociais. Vários companheiros foram vítimas de processos de criminalização e perseguições contra o direito de manifestação e estão carentes de uma solução mais democrática.

3º Restabelecimento do Registro do ANDES - SN:

estamos participamos ativamente das manifestações pelo restabelecimento do registro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES - SN).

4º Incorporação das Gratificações:

conquistamos com argumentos convincentes em reuniões com a reitoria as modificações das Instruções Normativas referentes às incorporações das gratificações.

5º Imprensa:

continuando a implementação do Departamento de Imprensa, conseguimos agora regularidade em nossas publicações e estamos

trabalhando para aprimorá-las a cada edição. Outro ponto em que colocamos nossos esforços este ano foi o de transformar nossa página na internet, que deverá, em breve, se transformar em mais um veículo de comunicação.

6º Funcionamento da Adunicamp:

desde o dia 02/10/2008, em caráter experimental, começou a funcionar até as 21h nas quintas-feiras para atender os docentes no período noturno.

7º Debates:

participamos em debates importantes sobre a terceirização nos Hospitais Universitários, Assédio Moral e atualmente estamos organizando para o próximo ano um debate sobre cotas nas universidades.

8º Cineclube "Antonio Fernando dos Santos Penna":

conseguimos concretizar um sonho de muitos associados com a

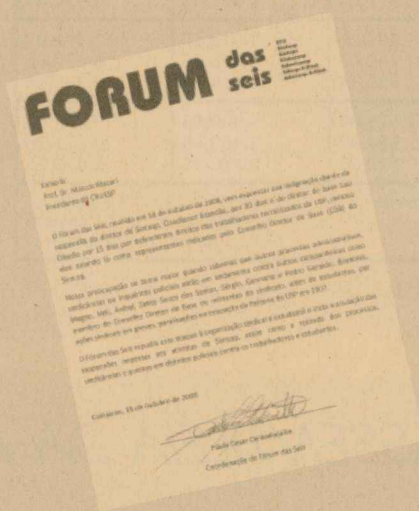
inauguração de nosso cineclube, abrindo um espaço para apreciarmos e discutirmos as grandes obras da 7ª arte.

9º Diálogos críticos-reflexivos: mantivemos nessa gestão um espaço aberto com a comunidade para debater as diferentes questões que se manifestam tanto internas quanto externas, sempre valorizando um diálogo aberto e democrático.

Para finalizar, deixamos um alerta para a comunidade sobre a Mata Santa Genebra, um patrimônio não só de Campinas, mas de toda a humanidade, que vem sendo ameaçado pela ganância da especulação imobiliária, contra a qual já manifestamos nosso repúdio em Carta Aberta à Comunidade em 09/09/2008, conclamando a comunidade a lutar pela preservação desse patrimônio ecológico.



Campanha Salarial: Reunião do Fórum das Seis em 14 de outubro

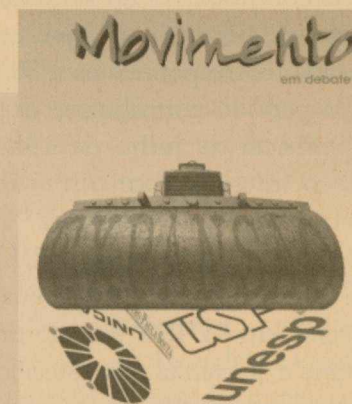


Criminalização: Carta enviada ao Cruesp pelo Fórum das Seis

Professores de fora: Reunião do Proifes realizada na sede da CUT em agosto

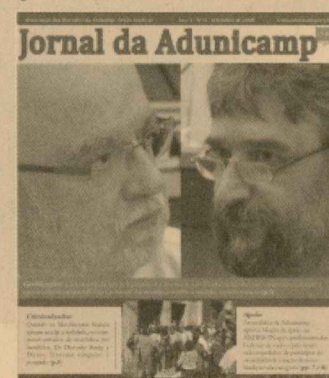


Homenagem: inauguração do Cineclube em 05 de novembro



Revista lançada pela Adunicamp em maio

Capa do Jornal sobre as gratificações em outubro



Debate sobre Assédio Moral realizado pelo STU em junho



Mudança de regras

Cruesp mais uma vez altera a forma e recusa-se a negociar: reajuste só se discute na data base

A última reunião realizada entre os reitores e o Fórum das Seis (31/10/2008) deixou clara a posição da atual presidência do Cruesp de mudar as regras do jogo sem comunicar os participantes.

Desde sempre durante o ano as negociações eram feitas a medida em que houvesse a necessidade de uma das partes. No tocante às campanhas salariais e possíveis reajustes isso não mudava. Houve períodos com renegociação no segundo semestre devido às constantes perdas causadas pela inflação.

Mas, desta vez a surpresa foi grande. Apesar de a arrecadação do ICMS ter batido recordes, apesar de o comprometimento com a folha de pagamento estar no nível mais baixo desde 1995 (78,6%), apesar de a inflação já ter engolido mais de 55% (de maio a outubro) do reajuste de maio, os reitores não querem reabrir as negociações.

Confrontado com esses números o Cruesp foi categórico:

- Sim, há verba suficiente para dar 10,4% de novo reajuste retroativamente a maio;
- Não, este reajuste não faria o percentual de comprometimento passar de 83%;
- Sim, a média salarial atual é 35% menor do que em 1989;
- Sim, Desde 2006 o ICMS cresceu cerca de 30% a mais do que os salários.

Mas... mesmo diante deste quadro eles se recusam a renegociar!

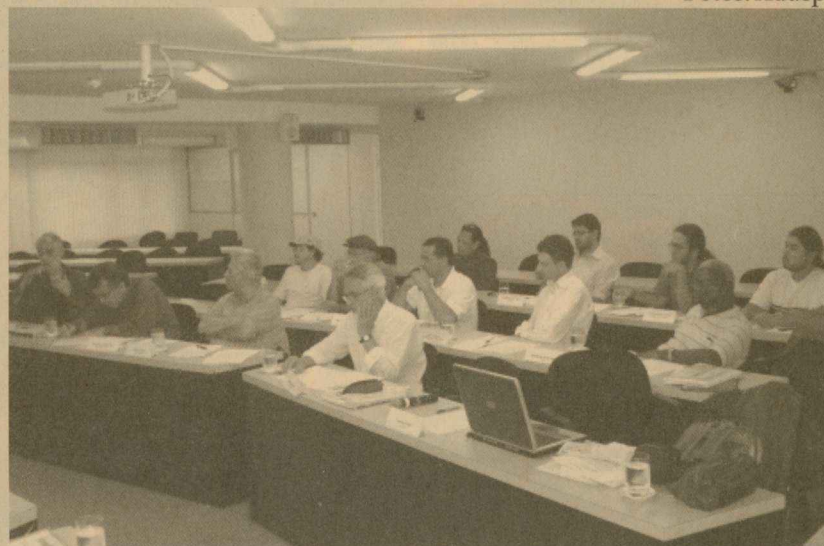
E o pior, desta vez eles declararam que não haverá mais reuniões técnica após a data base. Isso porque as negociações serão feitas apenas neste período. Não haverá mais reuniões para discutir correções e novos reajustes.

Não era assim que se negociava até então.

Mais uma vez o senhor Macari, presidente do Cruesp, mudou as regras do jogo com a partida em andamento.

Colega, não podemos deixar que os reitores faltem com o respeito desta maneira! **Você faz a diferença na mesa com o Cruesp!**

O FÓRUM DAS SEIS INDICA QUE AS ENTIDADES REALIZEM ASSEMBLÉIAS PARA PREPARAR A NOVA REUNIÃO COM O CRUESP.



Fotos: Adusp

Tabela 1. Comprometimento dos Repasses Financeiros com a Folha de Pagamento da UNICAMP em 2008 (Fonte: Planilha CRUESP - 10/2008)

Mês	ICMS Líquido Previsto (R\$)	Liberações Financeiras UNICAMP (R\$)	Folha de Pagamento (R\$)	Porcentagem de Comprometimento	
				Mensal	Acumulado
Jan	4.110.123.794	98.611.716	76.052.579	77,12	77,12
Fev	3.645.742.610	86.395.190	76.069.187	88,05	82,22
Mar	3.667.452.610	89.671.637	76.296.590	85,08	83,16
Abr	3.876.231.745	93.883.358	76.132.098	81,09	82,63
Mai	4.005.822.532	99.218.224	77.852.926	78,47	81,75
Jun	3.967.820.768	100.811.777	84.839.063	84,16	82,18
Jul	4.018.745.273	105.574.479	82.667.331	78,30	81,57
Ago	4.100.959.491	107.546.633	83.108.044	77,28	80,98
Set	4.192.430.024	109.063.888	85.518.161	78,41	80,66
Out	4.297.506.354	114.827.013	84.170.262	73,30	79,82
Nov	-	-	-	-	-
Dez	-	-	-	-	-
Total	39.882.835.201	1.005.603.915	802.706.241	79,82	79,82



Fotos da reunião entre Cruesp e Fórum das Seis no dia 31/10/2008 e tabela de Comprometimento com a folha de pagamento divulgada pela AEPLAN no início de novembro

Torturadores nunca mais!

A responsabilização dos agentes públicos que, durante a ditadura militar, cometeram crimes de tortura e assassinato é um processo necessário para que avancemos no estabelecimento de patamares aceitáveis de respeito aos direitos da pessoa humana e é indispensável para a construção da nossa identidade enquanto nação.

Conforme cláusula consagrada em inúmeras convenções internacionais das quais o Brasil signatário, todas as pessoas que utilizaram o aparelho do Estado para praticar crimes de "lesa humanidade" estão desqualificadas para o benefício de qualquer tipo de anistia.

A reparação do dano imposto às instituições brasileiras que foram violentadas pela ditadura militar, utilizadas para a prática do terrorismo de estado, só será possível quando a verdade dos fatos que se passaram for do conhecimento de todos.

Para que nunca mais sejamos caçados e humilhados pelas forças que deveriam nos defender, para que nunca mais sejam praticados crimes contra a humanidade pelo estado brasileiro, é imprescindível que os assassinos e torturadores que enxovalharam a dignidade nacional sejam julgados e que esta parte sombria da nossa história seja contada, e escrita, a partir do pleno conhecimento dos registros oficiais que se tem dela.

- Pela responsabilização dos assassinos e torturadores da ditadura!
- Pela imediata abertura dos arquivos dos "órgãos de segurança" no período correspondente à ditadura militar!

Fórum faz ato de apoio ao ANDES

No dia 4 de novembro o Fórum das Seis reuniu no auditório da Geografia na USP mais de cem pessoas em um ato em defesa do ANDES - SN.

Como forma de preparar a mobilização dos professores para o ato que aconteceu no dia 11 em Brasília o evento contou com nomes importantes da universidade como Plínio de Arruda Sampaio, Aziz Ab'Saber e Fábio Conder Komparato, que já haviam assinado o documento de apoio ao Sindicato Nacional.

Além deles havia representantes de várias organizações como a Conlutas, a Conlute, seção regional São Paulo do ANDES.

Uma luta democrática

"O ANDES-SN possui uma legitimidade construída há muitos anos. Isso é fato. É direito. Não há o que discutir", afirma Ministro do Trabalho em reunião com representantes do ANDES

Historiando

O ANDES-SN sindicato teve seu registro sindical suspenso arbitrariamente, em 2003, por ato administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego à revelia de decisões transitadas em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), que reconhecem a entidade como legítimo sindicato de todos os docentes das universidades brasileiras. Ato articulado com a CUT (veja-se a fala de João Felício, que publicamos no jornal de outubro) e que teve entre outras expressões a construção de um braço sindical (ProIfes) estreitamente ligado ao governo, como comprovam os permanentes "convites" para que eles estivessem em negociações salariais, sem representar formalmente ninguém e sequer sem ter existência para além do espaço virtual, onde afirmam realizar suas "assembléias via internet".

O ato

Foi um movimento forte, representativo dos movimentos sociais, populares e sindicais. O protesto era a manifestação ampla desses movimentos contra medidas implementadas pelo governo Lula que buscam atrelar os sindicatos e movimentos sociais ao Estado - entre elas, a cobrança do imposto sindical obrigatório dos servidores públicos.

Reunidos inicialmente em frente ao Ministério do Planejamento a partir das 9 horas receberam desta autoridade o costumeiro chá de cadeira ou de portaria. As autoridades estavam reunidas, não tinham tempo para os cidadãos. Enquanto uma delegação ficou aí para tentar a negociação, o movimento se dirigiu para o Ministério do Trabalho e do Emprego reivindicando o fim da criminalização dos movimentos sociais, das fundações estatais de direito privado e a defesa dos direitos sociais de estudantes e trabalhadores.

Por que isso foi necessário? Por que houve, e continua havendo, um pesado ataque do Estado contra as entidades autônomas do movimento sindical que não aceitam dizer amem às diretivas governamentais e colocam-se a serviço de suas categorias recusando a partidarização governa-



Foto: ANDES - SN

Mais de 2.500 pessoas marcharam em apoio ao Sindicato Nacional

mental que busca, permanentemente domesticar, inviabilizar financeiramente, calar, criminalizar ou destruir a luta social em defesa dos interesses estratégicos dos trabalhadores brasileiros, como a manutenção das políticas públicas que garantam direitos sociais fundamentais.

O ato foi convocado por um conjunto de entidades: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Conlutas, Intersindical, Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESF), Frente de Luta contra a Reforma Universitária, Via Campesina, Movimento Terra e Liberdade (MTL) e Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (ASFOC).

MTE vai apresentar proposta para solucionar suspensão do registro do ANDES-SN

Mais de 2,5 mil pessoas marcham em defesa do ANDES-SN e da liberdade sindical. A chuva não impediu que os manifestantes fizessem um dos mais importantes atos dos últimos anos em Brasília.

Surpresa para todos: organizadores e autoridades. Isto demonstra que esse ato correspondia a uma necessidade objetiva. Além da resposta dos sindicalizados do ANDES (docentes de Roraima ao Rio

Grande do Sul estavam presentes) a Conlutas ao qual o ANDES está filiado demonstrou um forte poder de convocação. Ficou claro que o sindicato se pôs em marcha após os malfadados acontecimentos de 6 de setembro onde o governo tentou implementar seu braço sindical na Universidade usando para isso a CUT. O exército docente em luta pela autonomia e pelas liberdades democráticas estava em marcha, comenta-vam os manifestantes.

Manifestação ampla que reuniu trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, representantes de movimentos sociais diversos contra a criminalização da pobreza, as fundações estatais de direito privado, o imposto sindical obrigatório para os servidores públicos e à farsa da CUT/Proifes que tenta tomar para si a representação dos docentes do ensino público superior.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi chegou ao ministério quando o movimento estava a pleno vapor. Diante do questionamento se receberia ou não aos militantes do movimento sindical e popular disse de imediato que sim. A presença, tranqüila e forte, dos participantes do ato desanimaria qualquer resposta negativa. Seria demais. Ciro Correia, presidente do ANDES, entregou documento onde se reivindicou a continuidade da interlocução com o governo e também a publicação contendo a

compilação das centenas de apoios, nacionais e internacionais, recebidos pelo sindicato docente. "Não é admissível, em um país democrático, que uma entidade legal, reconhecida e atestada como tal, seja impedida de representar a categoria que a criou e a defende", afirmou.

O ministro disse que o respeito às várias e diferentes visões sindicais faz parte do processo democrático e que condena a discriminação de qualquer entidade. "O ANDES-SN possui uma legitimidade construída há muitos anos. Isso é fato. É direito. Não há o que discutir. Nós precisamos encontrar um mecanismo para dar legalidade a essa entidade".

A essa altura diante do aviso dos nossos representantes que estavam no MPOG de que iriam denunciar a manobra, aqueles senhores, de repente, não mais que de repente, resolveram conversar. Nada além de falas vagas... apenas o ritual democrático de receber o movimento.

Enquanto isso no MTE o movimento recebia a notícia de audiências com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, com a coordenadora-geral de Carreiras da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, Maria Lúcia Felix Silva, além de dois assessores, e o estabelecimento de uma Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Sindical.

Carlos Lupi se comprometia com a apresentação pelo seu ministério de uma proposta de solução para o problema da suspensão do registro sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Reunião que seria feita na quarta-feira (19/11) com o secretário de Relações do Trabalho do MTE, Luiz Antônio de Medeiros, nosso velho conhecido da Força Sindical. A pauta era a apresentação da proposta.

O Ato Público desta terça-feira foi organizado pelo ANDES-SN, Conlutas, Intersindical, Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - CNESF, Frente de Luta contra a Reforma Universitária, Via Campesina, Movimento Terra e Liberdade - MTL e Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz.

É nosso direito, mas não querem discutir

Suspensa a inconclusa reunião agendada para 19/11. Carlos Lupi retira seus representantes antes do final da reunião: dá para acreditar neles?

No dia 11/11, em audiência concedida durante o ato público promovido pela Conlutas, Intersindical, CNESF, Frente de Luta contra a Reforma Universitária, Via Campesina, MTL, ASFOC e pelo ANDES-SN em defesa da liberdade de organização sindical, em defesa do ANDES-SN e contra o golpe da suspensão do registro sindical, o Ministro Carlos Lupi marcou uma reunião para o dia 19/11, às 9h, na Secretaria de Relações de Trabalho - SRT, com a finalidade de discutir uma proposta a ser apresentada pela SRT para solucionar o problema da suspensão do registro sindical da entidade, promovida, de modo imotivado, por ato administrativo do Ministério, em 2003.

A reunião teve início com a presença do Secretário de Relações de Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros Neto; do Secretário Adjunto, André Luis Grandizoli; da Coordenadora Geral de Registro Sindical, Zilmara David de Alencar; dos representantes do ANDES-SN, Ciro Teixeira Correia, Presidente; Solange Bretas, Secretária Geral; José Vitorio Zago, 1º Tesoureiro; além de Cláudio Santos da assessoria jurídica do sindicato e de uma funcionária de carreira do MTE.

O Secretário Medeiros abriu a

reunião dando a palavra à Coordenadora Zilmara, que expressou as dificuldades que o MTE enfrentaria caso viesse a republicar o registro do ANDES-SN sem considerar os registros sindicais deferidos pelo Ministério após a suspensão do registro do Andes-SN em 2003 e que, para tanto, seria necessário um levantamento por parte da SRT de todas as entidades com registro concedidos que contemplassem a representação de professores do terceiro grau.

Os representantes do ANDES-SN fizeram uma retrospectiva de todo o absurdo processo em cujo curso deu-se a descabida suspensão, em 2003, face às sentenças transitadas em julgado com resultados favoráveis ao Sindicato nos anos 90, fundamento no qual se baseou expressamente a publicação do registro sindical da entidade em agosto daquele mesmo ano e ponderaram que, no limite, a decisão do Ministério, que continuamos contestando na justiça, deveria limitar a referida suspensão às bases das 54 entidades do setor privado que interpuseram impugnações administrativas ao referido registro e isso enquanto se aguarda decisão final dos recursos interpostos na justiça pelo Sindicato.

Após moroso detalhamento das

diferentes etapas do processo, a reunião foi suspensa por volta das 12h para ser retomada às 15h, sem a presença do Secretário Medeiros, que se encontrava em outra audiência, por solicitação do Ministro. O diálogo prosseguiu, sem muitos avanços, com o Secretário Adjunto ponderando que, embora fosse necessário o levantamento de todos os eventuais conflitos de entidades com sobreposição de base como ANDES-SN, uma possível solução poderia ser restringir esse confronto com os sindicatos de docentes do ensino superior com registro concedido após 2003.

Com o retorno do Secretário Medeiros, por volta das 16h30, acordou-se que seria feita uma ata para ser conferida e assinada em seguida em que constasse que a SRT, após proceder ao levantamento que permita estabelecer os conflitos de representação nos termos do parágrafo acima, formalizaria uma proposta que, a princípio, teria por base a possibilidade de restringir a suspensão do registro do ANDES-SN às entidades autoras das impugnações de 2003 e que contemplasse a situação criada pela concessão de registros sindicais pelo MTE após aquela data.

No entanto, enquanto o Secretário

Adjunto procedia à redação da ata, tanto ele como o Secretário Medeiros foram convocados pelo Ministro Lupi para uma reunião no gabinete que estava em curso entre o Ministro e as Centrais Sindicais. Diante deste fato, e uma vez que não havia previsão para encerramento daquela reunião, uma funcionária da SRT, com os devidos pedidos de desculpas, informou que a minuta da ata nos seria encaminhada por e-mail e, uma vez feitos os acertos necessários, nova reunião seria marcada para a sua assinatura e agendamentos para o novo encontro quando da apresentação do levantamento a ser efetivado pela SRT.

A Diretoria do ANDES-SN manterá o esforço para que a interlocução com a SRT/TEM avance no sentido de uma solução para o problema criado pela arbitrariedade perpetrada contra o Sindicato em 2003 e entende que é preciso intensificar a campanha em todo país em sua defesa, ciente que só a força da mobilização e a consequência política da concepção sindical que adotamos poderão superar as barreiras que continuam a obstruir nosso direito à plenitude das prerrogativas sindicais.

Fonte: ANDES - SN

Adunicamp cedia encontro das IES Estaduais filiadas ao ANDES

Encontro das Estaduais e Municipais

A Adunicamp sediou nos dias 21 e 22 de novembro o Encontro do Setor das Instituições de Ensino Estaduais e Municipais do ANDES.

Durante o evento foram tratadas as questões relativa à organização sindical, a defesa do ANDES - SN, carreira, salários e educação a distância.

Dois grupos de trabalho foram constituídos: sobre condições de trabalho e sobre estruturação e reestruturação nossas instituições. O encontro discutiu o plano de lutas para o setor e o documento sobre o setor a ser apresentado no 28º Congresso do ANDES - SN

a ser realizado em fevereiro de 2009 em Pelotas - RS

Estiveram presentes as seguintes seções sindicais: Adufms (Mato Grosso do Sul), Adufs (Feira de Santana - BA), Adum (Rio Grande do Norte), Adunicentro (Paraná), Aduerj (Rio de Janeiro), Sesduem (Maringá-PR), Aducesp (Piauí), Adusp, Adunicamp e Adunesp. Além deles também participaram: Cristiano Lima Ferraz, Joel Moisés Silva Pinho e José Vitorio Zago (dirigentes do ANDES - SN)

Foto: Fernando Piva



2008, ano do meio ambiente. Mas e Mata Santa Genebra?

O ano de 2008 foi declarado pela ONU, como sendo o ano do meio ambiente. Mas será que Campinas reconhece isso?

A Prefeitura e o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) demonstraram não ter aderido a essa campanha mundial. Além de não zelarem pelo patrimônio público ambos estão apoiando a especulação imobiliária e desrespeitando o meio ambiente com a aprovação em maio deste ano da retificação da Resolução nº 047 de 21 de outubro de 2004, que prevê a redução da área de preservação entorno da Mata Santa Genebra de 300m² para 30m².

Essa redução acarretará inúmeros danos. Além do contato direto dos empreendimentos imobiliários com a reserva, em algumas das faixas liberadas para urbanização existem áreas brejosas que constituem importantes mananciais que irrigam a Mata e por isso não podem ser poluídos.

A administração da Mata fica ao encargo da Fundação José Pedro de Oliveira que no último dia 19 de novembro realizou uma reunião pública (no Salão Vermelho da Prefeitura de Campinas).

A princípio deveria ser discutida a

polêmica faixa envoltória da mata ou seja, a área que foi reduzida pelo CONDEPACC, mas esse item foi retirado de pauta sob alegação de que ele não é exigido pelo plano de manejo, sendo, assim apresentados os trabalhos de Educação Ambiental realizados pela equipe de biólogos da Fundação o que acarretou no esvaziamento da reunião.

Mais uma vez a redução não foi discutida e a opinião da sociedade está sendo excluída de uma questão que afeta diretamente o ambiente em que ela vive.

Desde a equivocada decisão do CONDEPACC e o pedido de apoio da ONG SOS Mata Santa Genebra, a Adunicamp está solicitando a revisão da deliberação do Conselho. Através de Carta Aberta à Comunidade denunciou a ação da especulação imobiliária e o descaso do Conselho.

A Adunicamp incluiu este ponto na pauta da próxima reunião a ser realizada com a reitoria. Isso porque o representante da Unicamp no Conselho foi um dos que votaram a favor da redução da área de entorno da mata.

Afinal, é esse tipo de medida que a Unicamp apóia?

A Adunicamp certamente não!



Reunião da Fundação José Pedro de Oliveira; esvaziada pela retirada do item mais importante da pauta - a preservação da área de entorno da Mata Santa Genebra

Cineclube Adunicamp

Próximo filme a ser apresentado contará com a participação de César Nunes no debate

Na quarta-feira 05/11 a Adunicamp inaugurou o Cineclube "Antônio Fernando dos Santos Penna".

Para que este projeto, que começou na gestão anterior quando Antônio Penna foi diretor cultural, chegasse a bom termo foram instalados no auditório equipamentos de projeção de imagem e transmissão de som dos DVDs dos filmes.

Após a cerimônia de inauguração foi exibido o filme "O Iluminado" do diretor Stanley Kubrick e foi feito um debate com Joel Salles Giglio.

Dando continuidade aos trabalhos no dia 12/11 foi exibido o filme "2001 - Uma odisséia no espaço" (com o debate comandado por Adolpho Hengeltraub) e no dia 19/11 "Dr. Fantástico" (debatido por Edmundo Fernandes Dias).

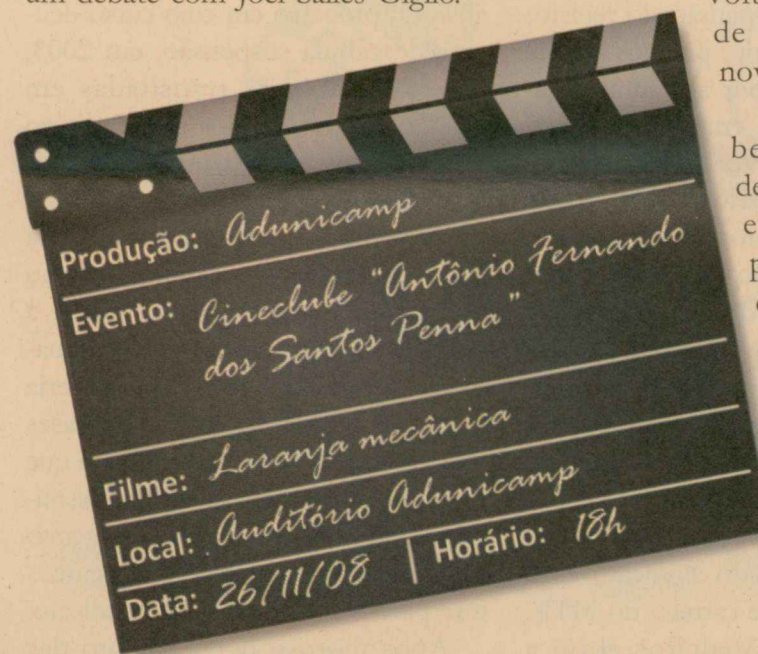
Os próximos filmes a serem apresentados serão "Laranja Mecânica" (26/11) com a participação de César Nunes na mesa e "De olhos bem fechados" (04/12), que será discutido por Valério Arantes.

Após a "Fase Kubrick" o cineclube entrará em recesso e voltando em março de 2009 com uma nova programação.

Estamos recebendo sugestões de diretores, filmes e temas para as próximas "fases" do cineclube.

Faça sua sugestão!

Participe!



Programa-se

26/11 - Adunicamp: Cine Clube "Antonio Fernando dos Santos Penna"- exibição do filme: **Laranja Mecânica** (Stanley Kubrick), às 18 horas, com a presença do **Prof. César Nunes** (FE) para debater o tema. Local: Auditório da Adunicamp.

04/12 - Adunicamp: Cine Clube "Antonio Fernando dos Santos Penna"- exibição do filme: **De olhos bem fechados** (Stanley Kubrick), às 18 horas, com a presença do **Prof. Valério Arantes** (2º vice-presidente da Adunicamp) para debater o tema. Local: Auditório da Adunicamp.

10/12 - Assembléia da Adunicamp, às 12h. Em pauta a previsão orçamentária para 2009, delegados para 28º Congresso do ANDES e pauta para a próxima reunião com o Cruesp. Local: Auditório Adunicamp.

